

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM FOUCAULT: DA SUJEIÇÃO A UMA ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA. Lucilla Panacioni de Araujo, Hélio Rebello Cardoso Júnior – Humanas – Psicologia – Departamento de História – Faculdade de Ciências e Letras – Campus Assis.

O próprio Foucault nos esclarece que o objetivo de seu trabalho foi traçar os diferentes modos através dos quais nos tornamos sujeitos em nossa cultura (FOUCAULT, 1995, p. 231). Ele sublinha que na década de 60 concentrou-se no eixo da verdade (ou do saber); na seguinte, no eixo do poder e nos anos 80 no sujeito. Devemos recordar, porém, que os três eixos citados se entrelaçam (Cf. ORTEGA, 1999, p. 36), como o próprio Foucault nos explica, a partir do conceito de experiência, “se entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1984, p. 10).

A partir de leituras das obras deste filósofo, realizadas concomitantemente ao estágio curricular na disciplina Prática de Ensino, desenvolvida pela autora em uma instituição escolar municipal do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, na cidade de Assis/SP, surgiram inquietações sobre a relação observada entre os conceitos foucaultianos e a prática observada dentro da instituição citada.

Foi possível delinear como objetivo, a partir dessa inquietação, o traçado de um paralelo entre as práticas escolares na atualidade e os eixos estudados por Foucault. A metodologia utilizada para tal recorte consistiu na busca de consonância entre experiências da autora durante o referido estágio, revisadas a partir de registros detalhados de todas as visitas feitas a escola em forma de relatórios confeccionados pela mesma¹, e textos do filósofo francês, através de releituras e busca de novas fontes.

Parte-se de seu primeiro eixo estudado, o do saber, dentro do qual Foucault destaca, entre outros temas, o *discurso*, sobre o qual discorre amplamente durante sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, o que demonstra a importância do tema dentro de sua obra. Ele procura quebrar com a ideia de um discurso que constitua em si a verdade universal, independente da história ou de poderes dominantes. O pensador francês nos mostra o princípio de *exclusão* intrínseco ao discurso: é através dele que se diferencia o que é falso do que é verdadeiro, o que é certo daquilo que é errado e muitas outras dicotomias, valendo-se das falas dos próprios sujeitos para encontrar normalidade ou desvios e encaixá-los em uma ou outra categoria. O discurso, para ele, não tem como significado apenas o sentido comum atribuído pela língua, como ato de comunicação verbal, de expressão; no vocabulário foucaultiano, representa aquilo pelo que e por que lutamos, representa o *poder*, do qual queremos nos apoderar (Cf. FOUCAULT, 2005, p.10).

Como parte do resultado do paralelo proposto observou-se, dentro deste primeiro eixo, que, rotina de sala de aula, os educadores encontram infindáveis oportunidades de classificar e excluir os alunos a partir do discurso deles próprios: o aluno que encontra outras formas de raciocínio quase nunca respeitadas; o aluno repreendido por contestar a fala do professor, o qual não gosta de ser questionado pela autenticidade ou procedência das verdades que professa.

Foucault aponta, em vários momentos de sua obra, a historicidade e contingência das relações entre o falso e o verdadeiro e como estas representam um dos fatores determinantes acerca do entendimento de cada um sobre si e sobre o mundo. Foucault nomeia tais relações de *jogos de verdade*, que são as maneiras de estabelecer saberes que satisfaçam nossa *vontade de verdade*, “a busca de dominação que cada uma empreende, marcando e sinalizando os discursos por sistemas de exclusão” (VEIGA-NETO, 2004, p. 124).

E é através do discurso que a verdade consegue sua legitimação, através de práticas como a pedagogia, por exemplo, como o próprio Foucault destaca; “mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, *pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade*, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2005, p. 17, grifo nosso), o que torna impossível, portanto, separar a verdade dos processos que a estabelecem.

¹ Todos os nomes que constam nos relatórios de estágio, bem como o nome da escola citada, são mantidos em sigilo.

Atualmente, a escola vem se valendo também da aliança ao discurso médico e psicológico como aparato de normatização e forma de exclusão. Através da crescente popularização da medicamentação e do acesso a “diagnósticos”, pôde-se notar que, através de um contato direto com os órgãos de saúde, hoje a própria escola tem autonomia para solicitar encaminhamentos de alunos para médicos e psicólogos. Ao mesmo tempo, as próprias professoras propõem diagnósticos e causas de supostos distúrbios apresentados por alunos – situações estas acompanhadas pela autora deste trabalho, durante o período de observação da instituição. É corrente entre as educadoras a crença de que os medicamentos representam um método simples e eficaz na busca da normalização e da ordem na sala de aula.

Vê-se que não se trata de um caso isolado. Dados publicados apontam: dez em cada 35 alunos das classes de Ensino Fundamental de escolas públicas são encaminhados para algum tipo de terapia. Porém, alguns especialistas da área mostram que de cada dez crianças que são diagnosticadas, apenas duas ou três de fato apresentam algum tipo de transtorno (Cf. BARROS, R; HARTT, V, 2006, p. 36-43).

Tais fatos sinalizam que a detenção de saberes especializados, em especial os “psi” é fator importante no desenvolvimento histórico de uma nova tecnologia do poder, produzindo a individualização (Cf. FOUCAULT, 2004b, p.161). “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2005, p.44).

Outro aspecto que compõe o resultado da investigação realizada diz respeito ao segundo eixo dos estudos de Foucault, o eixo do poder. Em tal eixo, Foucault investiga o poder disciplinar, talvez o conceito mais explicitamente observável dentro da escola, por este poder ser composto de mecanismos que agem diretamente sobre os corpos, sujeitando-os – as chamadas “correções ortopédicas”. Porém, é válido lembrar que, para Foucault, “é por intermédio do corpo que se fabrica a alma [...]. Assim, trata-se de uma ortopedia física e moral” (VEIGA-NETO, 2004, p. 84).

Em *Vigiar e Punir*, de 1975, Foucault se atém aos processos de constituição do sujeito através de redes de poderes que o capturam, dividem e classificam. O que passa a interessar ao filósofo “é o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos” (VEIGA-NETO, 2004, p.66).

No decorrer do século XVII o surgimento das *disciplinas* - uma nova forma de poder - vem auxiliar o poder pastoral como sendo uma solução econômica e eficiente para ampliar o olhar do pastor por todo o corpo social. O aparecimento dessas novas técnicas transformou as instituições, a sociedade, e, conseqüentemente, as formas de subjetivação do sujeito.

As técnicas utilizadas pelas disciplinas são ao mesmo tempo *individualizantes* - pois são centradas no corpo do indivíduo - e *totalizadoras* - por atingirem todo o âmbito sóciopolítico. A intenção é criar corpos dóceis, e, para tanto, o poder disciplinar trabalha eficazmente a distribuição dos indivíduos no espaço. Essa divisão do espaço é o que encontramos em praticamente todas as instituições de ensino: o pátio, a fila, a sala de aula, a carteira. E, para monitorar os corpos nesse espaço, controla-se os horários, estabelece-se “programas” que otimizam a relação tempo/aprendizagem, marca-se as presenças e as ausências, individualiza-se os corpos através de números e classificações. Associa-se a transferência de conhecimento a uma “domesticidade” necessária para que se aprenda (Cf. FOUCAULT, 2004b, p.127).

Além disso, os três grandes modos de subjetivação disciplinar dos quais nos fala Foucault são perfeitamente notáveis nas relações entre professor-aluno: a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame*.

As disciplinas presumem técnicas do olhar, do vigiar, sendo o *panóptico* (Cf. FOUCAULT, 2004b, p. 162-187) a representação máxima de sua expressão. Assim sendo, ainda hoje professores reproduzem métodos da vigilância hierárquica – uma vigilância tanto do professor sobre os alunos quanto de alunos sobre outros alunos – muito semelhantes aos utilizados na França do século XVII (Cf. FOUCAULT, 2004b, p. 147). Foi observado no decorrer do estágio a existência de “alunos-auxiliares” em algumas séries, escolhidos pelos professores, que tinham como função anotar o nome dos colegas que reproduzam conversas paralelas inadequadas ou qualquer outra atitude que fira a norma, atrapalhando a almejada “harmonia da sala de aula”.

As sanções normalizadoras funcionam tanto como meio de punição de desvios daqueles que infringem as leis estabelecidas pela instituição (por exemplo: perder a hora do recreio, ir para a

diretoria, ser ignorado ou até desprezado pelo professor) quanto como meio de gratificar aqueles que se submetem ao modelo desejado (ser “promovido” a auxiliar da professora, designado a delatar os colegas infratores, ser usado como exemplo de “bom(a) menino(a)”, receber atenção e elogios da professora).

Já o exame combina ambas as técnicas já citadas, devido ao exame em si ser um controle normalizante que vigia e permite atribuir valor aos indivíduos, classificá-los e puni-los. Ele representa as formas de avaliação aplicadas ao aluno que resultam num “conceito geral” sobre o mesmo. Julga-se o desempenho do aluno em cada disciplina, utilizando critérios tais como: “nota” da prova, trabalhos, comportamento. Por outro lado, são ignorados os critérios singularidade de cada um, aptidões, interesses, ressaltando, assim, a necessidade de ser medíocre, pela comparação de cada um com o todo.

O exame [...] indica bem a aparição de uma nova modalidade de poder em que cada um recebe como status sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às “notas” que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um “caso”. Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder, como efeito e objeto do saber (FOUCAULT, 2004b, p. 160).

Os eixos do saber e do poder estão intrinsecamente ligados, e ambos são extremamente presentes na instituição escola, trabalhando num intrincado processo de subjetivação da criança que ali ingressa na maioria das vezes aos seis ou sete anos de idade e teoricamente sairia dali depois de ao menos nove anos, tempo de conclusão do Ensino Básico atualmente, valendo-se de muito tempo para adestrá-la através de práticas aprimoradas há séculos na intenção de reproduzir esses saberes e poderes.

De acordo com as palavras de Veiga-Neto, pode-se dizer que

[...] a escola foi a instituição moderna mais poderosa, ampla, disseminadora e minuciosa a proceder uma íntima articulação entre o poder e o saber, de modo a fazer dos saberes a correia transmissora e legitimadora dos poderes que estão ativos nas sociedades modernas que instituíram e continuam instituindo o sujeito (VEIGA-NETO, 2004, p. 139).

Assim sendo, como conclusão dessa investigação, tem-se a confirmação da existência de pontos de encontro entre os conceitos foucaultianos e a realidade escolar contemporânea, conclusão esta que deveria também causar inquietação, devido ao fato de que, através das técnicas de assujeitamento dos indivíduos citadas, as redes de poderes buscam sempre capturar formas singulares de existência, impedindo que o novo, o inesperado se manifeste espontaneamente.

E é no terceiro eixo, o eixo do sujeito, que finalmente o filósofo oferece a possibilidade de se lutar contra as sujeições impostas. Ele repensa suas noções já construídas de poder e subjetividade e passa a conceber a noção de política “como recusa de formas impostas de subjetividade, ou seja, política como atitude crítica” (Cf. ORTEGA, 1999, p. 40). Essa nova possibilidade permite a Foucault pensar o conceito de *governo de si*, analisando as formas de resistência possíveis contra o poder através da *autoconstituição de si*.

Tal reorientação marca uma mudança na trajetória do filósofo que pode ser percebida nos dois últimos volumes de *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1984 e 1985) em relação ao primeiro volume (FOUCAULT, 2001). Nesses dois últimos volumes, é incluído o resultado de seus estudos sobre as *práticas de si* na Antiguidade greco-romana, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens buscam se transformar, cada qual de seu modo singular, e fazer de sua vida uma obra baseada em certos valores estéticos critérios de estilo (Cf. FOUCAULT, 1984, p. 15), sendo, assim, possível alcançar uma estética da existência.

Então, a partir dessa nova possibilidade de constituir a si mesmo através de práticas voluntárias, e não impostas, e lutar contra o assujeitamento, surge, na obra foucaultiana, a descrição de relações com o mínimo de dominação possível, onde haja uma constante preocupação com o outro, as quais ele nomeia relações de *amizade*, uma opção de resistência às sujeições impostas.

Foucault pensa a amizade baseando-se no prazer obtido nas relações sexuais; o que não implica, porém, que esse conceito tenha obrigatoriamente caráter sexual. Aqui, a amizade foucaultiana

é pensada a partir de uma dimensão coletiva (Cf. ORTEGA, 1999, p.161 e 171), como possibilidade de exercício de liberdade autônoma,

uma autonomia a ser considerada numa esfera pública não restritiva, dependente, apenas, do grau de autonomia e liberdade de cada um dos membros da comunidade e da sociedade. Espaço público, bem entendido, conquistado passo a passo pela recriação e reinvenção constantes de novas formas de sociabilidade e novos estilos de existência (BRANCO, 2005, p.184).

Tal conceito vem justamente de encontro à quebra das práticas de subjetivação prescritivas e institucionalizadas, que valorizam as características em comum e identidades fixas e traz para a instituição escolar e para suas relações, como forma de subjetivação coletiva, um novo modo de enxergar a diferença, compreendendo e aceitando o outro em sua singularidade.

Assim, busca-se com esse trabalho não apenas expor a conclusão que de fato a instituição escolar continua reproduzindo o assujeitamento imposto pelas redes de poderes; mas ir além, e trazer à luz, como alternativa de resistência a tais poderes, a capacidade de autoconstituição do sujeito e a possibilidade de se construir, na escola, relações pautadas no conceito foucaultiano de amizade, e fazer dela instrumento de resistência em favor de uma estética da existência do autogoverno e da autonomia de pensamento. Alternativas estas que representam um novo tema de pesquisa, ainda incipiente, desta autora, dando continuidade à este aqui apresentado.

Referências bibliográficas

BARROS, R; HARTT, V. Fome de especialista, in: *Revista Educação*. São Paulo: Segmento, 2006, Edição 107. Revista de veiculação mensal. (p. 36-43)

BRANCO, G. C. “As lutas pela autonomia em Michel Foucault”, in: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”, in: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, M. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”, in: *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos, v. 5)

FOUCAULT, M. “Uma estética da existência”, in: *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. (Ditos & Escritos, v. 5)

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004b.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ORTEGA, F. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.